

INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 002/2013/SMS/FMS/CC-SUS

DISPÕE SOBRE A CELEBRAÇÃO DE CONVÊNIOS ADMINISTRATIVOS, COM REPASSE ANTECIPADO DE RECURSOS, VISANDO A PARCERIA COM INSTITUIÇÕES DE SAÚDE SEM FINS LUCRATIVOS E/OU FILANTRÓPICAS NO MUNICÍPIO DE ITAJAÍ, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE SAÚDE, GESTOR DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE NO MUNICÍPIO DE ITAJAÍ, no uso das atribuições que lhe confere o inciso II do art. 51, da Lei Orgânica do Município;

CONSIDERANDO, o § 4º do art. 183, da Lei Orgânica do Município onde define que *“as instituições privadas poderão participar de forma complementar do Sistema Municipal de Saúde, mediante contrato público ou convênio, tendo preferência as entidades filantrópicas e as sem fins lucrativos.”*

CONSIDERANDO, o § 1º do art. 199, da Constituição da República de 1988, cuja redação define que *“as instituições privadas poderão participar de forma complementar do Sistema Único de Saúde, segundo diretrizes deste, mediante contrato de direito público ou convênio, tendo preferência as entidades filantrópicas e as sem fins lucrativos.”*

CONSIDERANDO, o art. 18, inciso I, da Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990;

CONSIDERANDO, a Lei nº 8.142, de 28 de dezembro de 1990;

CONSIDERANDO, a Lei Complementar nº 141, de 13 de janeiro de 2012;

CONSIDERANDO, o inciso IX do art. 3º da Lei nº 2.640, de 12 de agosto de 1991, que instituiu o Fundo Municipal de Saúde;

CONSIDERANDO, a aplicabilidade das normas gerais da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 (Lei de Licitações e Contratos Administrativos), no âmbito dos convênios administrativos;

CONSIDERANDO, a necessidade de pactuar serviços com instituições sem fins lucrativos e/ou filantrópicas de assistência à saúde, baseado em critérios uniformes;

CONSIDERANDO, o art. 7º da Instrução Normativa nº 018/CMA/2010, editada pela Secretaria Municipal de Saúde e a Coordenadoria da Moralidade Administrativa.

RESOLVE:

Art. 1º - Definir procedimentos para a celebração de convênios administrativos, envolvendo repasse antecipado de recursos, com instituições de assistência à saúde sem fins lucrativos e/ou filantrópicas, no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS), quando houver interesse comum em firmar parceria em prol da prestação de serviços assistenciais de saúde.

Art. 2º - Quando as disponibilidades forem insuficientes para garantir a cobertura assistencial à população usuária do Sistema Único de Saúde, o gestor municipal poderá complementar a oferta de serviços através de parcerias com instituições de assistência à saúde sem fins lucrativos e/ou filantrópicas, desde que:

I - comprovada a necessidade de complementação dos serviços de saúde oferecidos pela Gestão Municipal do Sistema Único de Saúde; e

II – comprovada a incapacidade para ampliação dos serviços públicos de saúde.

§ 1º - A complementação dos serviços através das instituições de assistência à saúde sem fins lucrativos e/ou filantrópicas, deverá observar os princípios e as diretrizes do Sistema Único de Saúde, em especial, a universalidade do acesso.

§ 2º - A necessidade de complementação de serviços deverá ser aprovada pelo Conselho Municipal de Saúde e constar no Plano Municipal de Saúde.

Art. 3º - A parceria das instituições de assistência à saúde sem fins lucrativos e/ou filantrópicas no Sistema Único de Saúde, será formalizada mediante convênio administrativo, conforme modelo presente no Anexo I desta Instrução Normativa, observadas as normas de direito público e no âmbito dos convênios.

§ 1º - Todos os convênios deverão possuir o Plano de Trabalho para Ações e Serviço de Saúde (PTAS), conforme modelo presente no Anexo da minuta do convênio desta Instrução Normativa, devendo conter elementos que demonstrem a capacidade instalada necessária ao cumprimento do objeto, a definição de oferta de serviços, fluxo de serviços, pactuação de metas, teto financeiro e forma de repasse dos recursos.

§ 2º - O respectivo Plano de Trabalho para Ações e Serviços de Saúde (PTAS) será previamente avaliado e aprovado pela Gestão Municipal do Sistema Único de Saúde, e integrará todos os ajustes pactuados.

Art. 4º - As instituições conveniadas com o Sistema Único de Saúde, devem atender às seguintes condições:

- I - manter registro atualizado no Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde - CNES;
- II - submeter-se a avaliações sistemáticas, de acordo com o Programa Nacional de Avaliação de Serviços de Saúde - PNASS;
- III - submeter-se à regulação instituída pelo gestor;
- IV - obrigar-se a apresentar, sempre que solicitado, relatórios de atividade que demonstrem, quantitativa e qualitativamente, o atendimento do objeto;
- V - atender às diretrizes da Política Nacional de Humanização no Sistema Único de Saúde; e
- VI - submeter-se ao controle do Sistema Municipal de Auditoria (SMA/SUS) e a área técnica de acompanhamento e fiscalização dos convênios do SUS.

Art. 5º - Para a seleção das instituições, deverá ser realizado chamamento público, com ampla divulgação e nos termos da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e demais normas aplicáveis.

Art. 6º - Os convênios firmados deverão atender aos seguintes requisitos:

- I - os serviços conveniados ficam submetidos às normas do Ministério da Saúde e das Secretarias Estadual e Municipal de Saúde;
- II – cadastro no CNES (Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde);
- III – Desenvolvimento de ações e serviços de saúde de interesse público e com acesso universal.

Art. 7º- Fica proibido o repasse de recursos da saúde através de subvenções sociais, auxílios financeiros e qualquer outra forma de repasse de recursos, para fins de manutenção da instituição, ficando somente autorizado a celebração de convênios, cujo objeto seja a prestação de serviços de saúde.

§ 1º - Não poderão ser destinados recursos da saúde para cobrir despesas, que tenham a seguinte finalidade:

I – pagamento de aluguéis;

II – pagamento de despesas administrativas tais como: material de expediente, telefone, internet, combustível, contabilidade, assessoria e demais despesas nesta área, exceto as que tenham estreita relação com o objeto e necessárias para cumprimento do instrumento pactuado;

III – pagamento de despesas que não tenham relação com as ações e serviços de saúde.

§ 2º - As instituições que possuem atendimento de clientela fechada, não poderão celebrar convênios com a Secretaria Municipal de Saúde/Fundo Municipal de Saúde, excetuando-se os casos específicos previstos em lei e regulamentos pertinentes.

Art. 8º - Considerando os princípios da legalidade, moralidade e economicidade, e considerando que os convênios de natureza financeira envolvem o repasse de recursos públicos às instituições de assistência à saúde sem fins lucrativos e/ou filantrópicas, os bens, materiais de saúde e outros materiais necessários para cumprimento do objeto, quando previstas estas aquisições com recursos do convênio, deverão ter cotação de preço com no mínimo três orçamentos, antes de sua compra.

Parágrafo único – Estas cotações de preço deverão ser juntadas na prestação de contas do convênio, para confirmação da exigência prevista no *caput* do artigo.

Art. 9º - A prestação de contas dos convênios celebrados, deverá, obrigatoriamente, passar pela análise da área técnica de convênios da Secretaria Municipal de Saúde, antes de ser remetida ao Fundo Municipal de Saúde.

Art. 10 - Após aprovada a parceria com a instituição, os seguintes documentos deverão ser apresentados para fins de celebração de convênio:

- I** - inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ);
- II** - inscrição no Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde (CNES) – formulário pode ser encontrado no site cnes.datasus.gov.br;
- III** - Estatuto Social com suas últimas alterações (autenticado), e devidamente registrado em Cartório;
- IV** – declaração de dados pessoais (nome completo, logradouro, estado civil, profissão, RG e CPF) do signatário (responsável legal) da instituição, o qual assinará o convênio;
- V** - Certificado de Filantropia para entidades filantrópicas (autenticado), emitido pelo Conselho Nacional de Assistência Social - CNAS (quando couber);
- VI** - prova de regularidade relativa à seguridade social (FGTS e INSS) demonstrando situação regular no cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei. (Somente será aceita a Certidão Negativa de Débitos referentes aos encargos sociais mencionados);
- VII** – certidões negativas de débitos com a Fazenda Pública Federal, Estadual e Municipal, que deverão ser apresentadas com data de emissão não superior a 30 (trinta) dias;
- VIII** - Alvará de funcionamento expedido pela Prefeitura de Itajaí (autenticado);
- IX** - Alvará Sanitário expedido pela Vigilância Sanitária estadual e/ou municipal (autenticado);
- X** - relação de Recursos Humanos com prova de vínculo empregatício;
- XI** - cópia dos diplomas e/ou certificados dos profissionais, bem como da Carteira do respectivo Conselho de Classe (autenticados) - (CREMESC, CREFITO, CRF, COREN, CRO, dentre outras exigidas por lei);
- XII** – declaração de indicação do responsável técnico, com prova de vínculo empregatício, acompanhada da cópia do diploma e/ou certificado do profissional, bem como da Carteira do respectivo Conselho de Classe (autenticados) - (CREMESC, CREFITO, CRF, COREN, CRO, dentre outras exigidas por lei) e ainda, *Curriculum Vitae* resumido;
- XIII** - Certificado de Regularidade Funcional da instituição junto ao Conselho Regional de Classe, quando couber (autenticado) - (CREMESC, CREFITO, CRF, COREN, CRO, dentre outros exigidos por lei);

XIV - declaração de horário de funcionamento.

§ 1º - Caso a instituição esteja isenta de algum documento exigido, deverá apresentar declaração do órgão expedidor informando sua isenção;

§ 2º - Para os documentos que não são exigidos autenticação, não serão aceitas cópias em fax e/ou cópias com falhas, que dificultem sua identificação.

§ 3º - Os documentos que forem apresentados somente em original, não serão devolvidos, e passarão a fazer parte integrante do processo de formalização do convênio.

Art. 11 - Aplica-se no que couber, para cumprimento do convênio, as demais normas pertinentes, em especial a Lei Federal nº 8.666/93, a Portaria Ministerial nº 1.034/2010, e as Instruções Normativas nº 018/CMA/2010 e 015/CMA/2010.

Art. 12 – A Gestão Municipal do SUS adotará instrumentos de controle, avaliação, auditoria e fiscalização dos serviços conveniados, visando garantir a correta aplicação dos recursos da saúde e o acesso da população a serviços de qualidade.

Art. 13 - Esta Instrução Normativa entra em vigor na data de sua publicação.

Município de Itajaí, 23 de abril de 2013.

PAULO JOSÉ DA SILVA
Secretário Municipal de Saúde

Este texto não substitui o publicado no Jornal Oficial do Município, edição nº 1217, de 24 de abril de 2013.

ANEXO

(Minuta de convênio para repasse de recursos antecipados)

**Parceria para prestação de serviços complementares para o Sistema
Único de Saúde no Município de Itajaí**

CONVÊNIO Nº...../20.../SMS/FMS/CC-SUS

Convênio que entre si celebram o **Município de Itajaí/Secretaria Municipal de Saúde - SMS/Fundo Municipal de Saúde - FMS**, CNPJ nº, neste ato representado pelo Secretário Municipal de Saúde, Senhor, brasileiro, casado, residente e domiciliado na Rua, nº, Bairro, na cidade de Itajaí - SC, inscrito no CPF/MF nº, portador da Cédula de Identidade nº, expedida pela Secretaria de Estado da Segurança Pública do Estado de Santa Catarina, doravante denominado **CONCEDENTE/UNIDADE GESTORA DOS RECURSOS**, e a instituição, pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, CNPJ nº, estabelecida na Rua, nº, Bairro, na cidade de Itajaí-SC, representada neste ato pelo presidente/diretor geral, Senhor brasileiro, casado, residente e domiciliado na Rua, nº, Bairro, na cidade de Itajaí - SC, inscrito no CPF/MF nº, portador da Cédula de Identidade nº, expedida pela Secretaria de Estado da Segurança Pública do Estado de Santa Catarina, doravante denominada **CONVENIADA**, considerando, o Procedimento Administrativo/PA/CC-SUS nº, tendo em vista o que está disposto na Lei nº. 8.080/90, Lei nº. 8.142/90 e pelas normas gerais de Licitações e Contratos Administrativos editadas pela Lei nº. 8.666/93 e alterações posteriores, a Portaria 1.034, de 05 de maio de 2010, a Instrução Normativa nº 018/CMA/2010, de 15 de outubro de 2010, e demais disposições legais e regulamentares aplicáveis à espécie, celebram o presente CONVÊNIO, para o estabelecimento de parceria para prestação de serviços complementares de saúde para o Sistema Único de Saúde no Município de Itajaí, nos termos que seguem abaixo:

CLÁUSULA PRIMEIRA: DO OBJETO

I - O presente convênio tem por objeto, a parceria para execução de ações de governo no âmbito da saúde, na área de....., a serem prestados pela CONVENIADA aos usuários do Sistema Único de Saúde (SUS) no Município de Itajaí, dentro dos limites quantitativos fixados pela Secretaria Municipal de Saúde (SMS).

II - Mediante Termo Aditivo, e de acordo com a capacidade operacional da **CONVENIADA** e as necessidades da Secretaria Municipal de Saúde, poderão ser realizados acréscimos de até 25% (vinte e cinco por cento), nos valores limites deste convênio, durante o período da sua vigência.

CLÁUSULA SEGUNDA: DA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

I – Os serviços pactuados serão ofertados com base nas indicações técnicas e de planejamento da saúde, mediante compatibilização das necessidades de demanda e a disponibilidade de recursos financeiros.

II – Os serviços referidos na Cláusula Primeira serão executados no seguinte endereço:

III - A CONVENIADA não poderá cobrar do usuário ou seu acompanhante, qualquer complementação aos valores repassados pelos serviços prestados nos termos desse convênio.

IV - A CONVENIADA responsabilizar-se-á por qualquer cobrança indevida, feita ao paciente ou seu representante, por profissional empregado ou preposto em razão da execução deste convênio.

V - A CONVENIADA fica exonerada da responsabilidade pelo não atendimento do usuário amparado pelo SUS, na hipótese de atraso superior a 90 (noventa dias), no pagamento devido pelo poder público, ressalvadas as situações de calamidade pública ou grave ameaça da ordem interna ou as situações de urgência e emergência.

CLÁUSULA TERCEIRA: DOS RECURSOS ANTECIPADOS

A CONVENIADA receberá, mensalmente, do CONCEDENTE/UNIDADE GESTORA DOS RECURSOS, incentivo financeiro para custeio das ações e serviços objeto desse convênio, no valor de **R\$**

(.....) por mês, totalizando, R\$
(.....) por ano.

CLÁUSULA QUARTA – DAS OBRIGAÇÕES DA GESTÃO MUNICIPAL DO SUS

- I** – Efetuar o repasse mensal dos recursos financeiros;
- II** – Prestar orientação técnica e supervisionar a execução das atividades, objeto do convênio;
- III** – Acompanhar, controlar, fiscalizar e avaliar a execução do convênio;
- IV** – Repassar o valor mensal à conveniada, até o décimo dia do mês subsequente;
- V** – Analisar a prestação de contas dos recursos repassados;
- VI** – Criar protocolos em parceria com a instituição, a fim de auxiliar e qualificar os serviços, objeto do convênio;
- VII** – Demais disposições previstas na legislação pertinente.

CLÁUSULA QUINTA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONVENIADA

- I** – Possuir condições técnicas e operacionais para a oferta de serviços;
- II** – Encaminhar à área de convênios da Secretaria Municipal de Saúde, a prestação de contas do recurso recebido, **no prazo máximo de 45 (quarenta e cinco) dias** corridos, contados da data do recebimento da parcela, que após análise e aprovação, será remetida ao Fundo Municipal de Saúde;
- III** - Manter **conta corrente específica e vinculada ao convênio**, junto a Instituição Financeira;
- IV** - Responsabilizar-se pela correta aplicação dos recursos recebidos, que não poderão ser destinados a quaisquer outros fins que não sejam os estabelecidos no objeto do convênio, sob pena de rescisão do presente instrumento, responsabilização de seus dirigentes e ressarcimento dos valores repassados, com atualização monetária, independentemente de procedimentos judiciais;
- V** – Ressarcir o Fundo Municipal de Saúde, quando se comprovar a inadequada utilização e/ou o desvio dos recursos financeiros, caso em que acarretará o imediato cancelamento dos repasses dos recursos, bem como a rescisão do convênio;
- VI** - Responsabilizar-se pelo recolhimento dos encargos de natureza fiscal, trabalhista e previdenciária; danos causados a terceiros e pagamentos de

seguros em geral, eximindo o Município/Secretaria Municipal de Saúde/Fundo Municipal de Saúde de quaisquer ônus, reivindicações ou responsabilidade perante terceiros, em juízo ou fora dele;

VII - Proporcionar aos técnicos do Sistema Municipal de Auditoria do SUS e da área de convênios e contratos do SUS, os meios, condições e documentos necessários para o acompanhamento, a supervisão, fiscalização e/ou auditoria do convênio;

VIII – Devolver ao Fundo Municipal de Saúde os saldos financeiros remanescentes, inclusive os provenientes das aplicações financeiras realizadas, no prazo improrrogável de 30 (trinta) dias da data da rescisão ou extinção do convênio, sob pena de instauração de Tomada de Contas Especial;

IX – Manter sempre atualizados e arquivados, os documentos relativos ao atendimento dos usuários;

X – Manter sempre atualizado, o cadastro junto ao Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde (CNES), informando sempre que houver alterações de ordem estrutural e/ou no quadro funcional;

XI – Entregar a produção ambulatorial na **Diretoria de Regulação, Controle e Avaliação da SMS**, até 5º dia do mês subsequente, quando for o caso;

XII - Não utilizar nem permitir que terceiros utilizem o paciente para fins de experimentação;

XIII – Manter a qualidade na prestação de serviços;

XIV – Comunicar qualquer alteração de sua razão social e de mudança em sua diretoria ou estatuto, enviando ao setor de convênios e contratos do SUS da Secretaria Municipal de Saúde, no prazo de 30 (trinta) dias, contados a partir da data do registro da alteração, cópia autenticada da Certidão da Junta Comercial ou do Cartório de Registro de Pessoas Jurídicas;

XV – Manter atualizadas (dentro do prazo de validade) as Certidões Negativas de Débito das esferas Municipal, Estadual e Federal, Certidão Negativa emitida pelo Instituto Nacional da Seguridade Social e Certidão Negativa do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço, as quais deverão ser apresentadas junto ao setor de convênios e contratos do SUS da Secretaria Municipal de Saúde;

XVI – Manter dentro do prazo de validade, os Alvarás Sanitário e de Funcionamento/Localização, os quais deverão ser apresentados as cópias junto ao setor de convênios e contratos do SUS da Secretaria Municipal de Saúde.

XVII – Realizar cotação de preços com no mínimo três fornecedores, que deverá fazer parte da prestação de contas, antes da aquisição de qualquer bem, insumo de saúde ou outro material necessário, que tenha previsão de aquisição através de recursos do convênio.

CLÁUSULA SEXTA: DO PRAZO DE VIGÊNCIA

I - A vigência do presente convênio será de 12 (doze) meses, contados da data da sua assinatura.

II – Este convênio poderá ter a sua vigência prorrogada por iguais e sucessivos períodos, mediante a assinatura de Termo Aditivo, respeitado o limite de 60 (sessenta) meses, conforme o inciso II do art. 57, da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 (Lei de Licitações e Contratos Administrativos).

III - A publicação do extrato do convênio no Jornal Oficial do Município, é condição para a sua eficácia, devendo ser realizada de acordo com o art. 61, parágrafo único, da Lei Federal nº 8.666/93.

CLÁUSULA SÉTIMA - DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

As despesas decorrentes deste CONVÊNIO correrão, no presente exercício, à conta de dotação nº - Aplicações Diretas – Reserva de Saldo nº e no exercício, por conta de dotação orçamentária prevista no Fundo Municipal de Saúde.

CLÁUSULA OITAVA: DA RESPONSABILIDADE CIVIL DA CONVENIADA

I – A CONVENIADA é responsável pela indenização de dano causado ao paciente e aos órgãos do SUS e a terceiros a eles vinculados, decorrentes de ato ou omissão voluntária, negligência, imperícia ou imprudência, praticados por seus empregados, profissionais ou prepostos, ficando assegurado à CONVENIADA o direito de regresso.

II – A fiscalização da execução deste convênio pelos órgãos competentes do SUS não exclui nem reduz a responsabilidade da CONVENIADA, nos termos da legislação referente a convênios.

III – A responsabilidade de que trata esta cláusula, estende-se aos casos de danos causados por defeitos relativos à prestação de serviços nos estritos

termos do art. 14 da Lei 8.078/90 (Código de Defesa do Consumidor).

CLÁUSULA NONA: DA REGULAÇÃO, CONTROLE, AVALIAÇÃO, AUDITORIA E FISCALIZAÇÃO

I - A execução do presente convênio será avaliada pelos órgãos competentes do SUS, mediante procedimentos de supervisão indireta ou local, os quais observarão o cumprimento das cláusulas e condições estabelecidas neste convênio, e de quaisquer outros dados necessários à regulação, controle, avaliação, auditoria e fiscalização dos serviços prestados.

II – Qualquer alteração, ou modificação que importe em diminuição da capacidade operativa da CONVENIADA, acarretará na revisão do instrumento de ajuste;

III – A CONVENIADA facilitará o acompanhamento e a fiscalização permanente dos serviços, e prestará todos os esclarecimentos que lhe forem solicitados pelos servidores designados para tal fim.

IV – A CONVENIADA deverá guardar os documentos que comprovem a realização do objeto conveniado pelo período mínimo de 10 (dez) anos.

CLÁUSULA DÉCIMA: DAS PENALIDADES

I - A ocorrência de irregularidades, bem como o descumprimento de cláusula deste instrumento, poderá acarretar as seguintes penalidades:

a – advertência;

b – suspensão temporária do repasse dos recursos;

c – suspensão temporária dos serviços pactuados;

d – rescisão do convênio;

e – outras sanções administrativas previstas em leis e regulamentos.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA: DA DENÚNCIA E DA RESCISÃO

I – Fica estabelecida a possibilidade de denúncia do ajuste a qualquer tempo, por qualquer das partes, bastando notificar com antecedência mínima de 60 (sessenta) dias.

II – Constituem motivos para rescisão unilateral do presente convênio, o não cumprimento de quaisquer de suas cláusulas e condições, bem como os motivos previstos na legislação referente a convênios.

III – A CONVENIADA reconhece desde já os direitos da Secretaria Municipal

de Saúde em caso de rescisão administrativa prevista na legislação.

IV – Em caso de rescisão, se as interrupções das atividades em andamento puderem causar prejuízo à população, será observado o prazo de 120 (cento e vinte) dias para ocorrer à rescisão.

CLAÚSULA DÉCIMA SEGUNDA: DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

I – O convênio de um prestador de serviço poderá ser, a qualquer tempo, alterado, suspenso ou rescindido, se o convênio deixar de satisfazer os interesses público e do Sistema Único de Saúde.

II - O presente convênio está vinculado ao Edital de Chamada Pública nº/20..../SMS/FMS/CC-SUS.

III - Aplica-se ao presente convênio, nas partes omissas, a legislação pertinente em vigor.

IV - As partes elegem o Foro Comarca de Itajaí, para dirimir quaisquer questões oriundas do presente convênio, renunciando a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

Por estarem justas e acordadas, as partes firmam o presente termo em 04 (quatro) vias de igual teor e forma, para que surtam seus efeitos, na presença de duas testemunhas.

Município de Itajaí,

(nome do gestor)
Secretário Municipal de Saúde

(nome do dirigente)
Instituição

TESTEMUNHAS:

Nome:

CPF:

Nome:

CPF:

ANEXO ÚNICO

PLANO DE TRABALHO PARA AÇÕES E SERVIÇOS DE SAÚDE (PTAS)

O Plano de Trabalho é parte integrante do convênio, um instrumento onde são pactuadas as ações e serviços de saúde a serem desenvolvidos pela instituição, as metas quantitativas e qualitativas, o planejamento físico-financeiro e a forma de aplicação dos recursos. Neste instrumento são definidas também, a porta de entrada do serviço e a garantia de assistência aos usuários do Sistema Único de Saúde.

Instituição:

CNPJ:

Endereço:

Bairro:

Município: Itajaí-SC

CEP:

Telefone: (47)

Nome do responsável:

Cargo que ocupa:

E-mail:

CNES nº:

Objeto:

Justificativa:

ACESSO AS AÇÕES E SERVIÇOS DE SAÚDE

1. Porta de entrada:

(Neste item será demonstrado como será a porta de entrada no sistema).

2. Garantia de assistência:

(Neste item será demonstrada a forma de atendimento/assistência, bem como os protocolos de regulação, definidos para a garantia de acesso aos serviços).

2.1. Metas pactuadas e cronograma físico-financeiro

Quadro 1

Procedimentos/Ações	Meta/mês
TOTAL	

Quadro 2

Parcela	Valor (R\$)
Total	

2.2. Indicadores:

a. Percentual de alcance das metas

000%

b. Percentual de usuários do SUS que ficam na lista de espera aguardando atendimento:

000%

3. Capacidade técnica e operacional instalada para cumprimento do objeto

Quadro 3

Equipe de trabalho

Nome do profissional	Cargo/função que ocupa	Carga Horária (diária)

Quadro 4**Estrutura física**

Ambientes	M²

Quadro 5**Equipamentos disponíveis para atendimento do objeto**

Tipo de equipamento	Quantidade

4. Plano de aplicação dos recursos (custeio das ações e serviços de saúde)**Quadro 6**

Descrição das despesas	Recursos da Unidade Gestora (FMS) - (R\$)	Recursos da conveniada - contrapartida (Instituição) (R\$)

Se a contrapartida da instituição for em serviços, indicar abaixo:**Contrapartida em serviços:** Sim [] [] Não**5. Outras ações que deverão ser desenvolvidas pela instituição no âmbito da gestão dos serviços**

4.1. Apresentar sempre que solicitado, relatório de desempenho das metas estabelecidas, com relação as ações e serviços de saúde desenvolvidos, à Secretaria Municipal de Saúde..

4.2. Organização, preenchimento e arquivamento adequado dos prontuários e outros documentos relativos ao atendimento dos usuários.

4.3. Implementação da Política de Humanização do Sistema Único de Saúde

4.4. Comprometimento por parte da instituição, de forma a garantir estrutura física de espaço e equipamentos adequados à segurança, conforto e bem estar do usuário do SUS e dos profissionais de saúde.

4.5. Desenvolver uma política de Educação Permanente para os trabalhadores da instituição, visando o desenvolvimento profissional e o fortalecimento do trabalho multiprofissional.

4.6. Desenvolver protocolos de atendimento em conjunto com a Gestão Municipal do SUS.

4.7. Aplicar ferramentas de gestão, que induzam a qualificação gerencial e de otimização de custos.

6. Manifestação da Gestão Municipal do SUS:

Analizando o Plano de Trabalho para Ações e Serviços de Saúde (PTAS);

Considerando, que este convênio (não atende/atende) os interesses do Sistema Único de Saúde;

Considerando, que (não existe/existe) finalidade pública nas ações e serviços a serem desenvolvidos pela instituição;

A Gestão Municipal do SUS **APROVA/NÃO APROVA** o Plano de Trabalho para Ações e Serviços de Saúde (PTAS) da instituição.

Município de Itajaí.....

Gestor Municipal do SUS